

PARECER JURÍDICO

EMENTA. ADMINISTRATIVO. CONTRATOS E LICITAÇÕES PÚBLICAS. LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS. EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO E CULTURA. RECURSOS RECÍPROCOS ANTE À HABILITAÇÃO. RECURSOS ANALISADOS. PROSSEGUIMENTO DO PROCEDIMENTO.

1. Trata-se do **processo licitatório 063/2023 – Tomada de Preços nº 003/2023**, Empreitada por Menor Preço Global para execução de serviços de Construção de Centro de Referência em Educação e Cultura.

Aberta a reunião, 08 empresas apresentaram envelopes contendo as documentações, quais sejam: ALBERTO DE SOUZA ALVES; R&C CONTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA; MENDES CONSTRUÇÕES LTDA; PLATINUM CONSTRUTORA INCORPORADORA E COMÉRCIO LTDA; VASCONCELOS COPARI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA; VENEZA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO LTDA; MENDES PEDROSA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e NILSON ROMUALDO FREIRE.

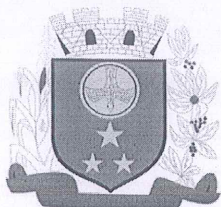
As empresas ALBERTO DE SOUZA ALVES; R&C CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA e MENDES CONSTRUÇÕES LTDA, não foram integradas ao Procedimento Licitatório por não cumprirem o item 5.3.16 das exigências editalícias.

Aberto os envelopes, a empresa NILSON ROMUALDO FREIRE foi considerada inabilitada por não apresentar prova de regularidade junto ao FGTS e mais outros 03 documentos.

2. Aberto prazo de recurso de 05 (cinco) dias úteis, a empresa **NILSON ROMUALDO FREIRE**, apresentou recurso, alegando, em síntese, que os documentos não apresentados podem ser juntados em momento oportuno, sendo o vício sanável.

A empresa **MENDES PEDROSA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**, apresentou recurso, alegando, em síntese que a empresa VASCONCELOS COPARI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA não apresentou o documento previsto no item 5.3.2, primeira parte, qual seja, Carta de Credenciamento, solicitando, assim, a inabilitação da mesma.

A empresa **VASCONCELOS COPARI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, apresentou recurso, alegando, em síntese que a empresa PLATINUM



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

Estado de Minas Gerais / CNPJ: 18.114.272/0001-88

CONSTRUTORA, INCORPORADORA E COMÉRCIO LTDA além de não apresentar comprovação de execução de fundações profundas, apresentou atestado em nome de engenheiro que não é vinculado à Responsabilidade Técnica da empresa, bem como não apresentou Certificado de Registro e Quitação da empresa junto ao CREA ou CAU. Alegou também, que as empresas VENEZA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO LTDA e MENDES PEDROSA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA não apresentaram atestados que comprovem execução de fundações profundas, solicitando a inabilitação das mesmas.

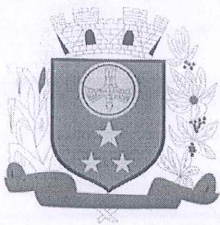
A empresa **VENEZA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO LTDA-ME**, apresentou recurso, alegando, em síntese que a empresa **NILSON ROMUALDO FREIRE** não apresentou documentos imprescindíveis para a habilitação. Quanto à empresa **VASCONCELOS COPARI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, alegou ilegalidade no CRC no município e, por fim, alegou que a empresa **PLATINUM CONSTRUTORA INCORPORADORA E COMÉRCIO LTDA** não possui comprovação de realização de Fundação da Obra.

3. Após apresentadas as devidas contrarrazões e, indo ao mérito, tem-se a análise dos recursos.

Com relação à empresa **NILSON ROMUALDO FREIRE**, o recurso não merece prosperar. A empresa deixou de apresentar o CRC (Certificado de Registro Cadastral), conforme item 5.3.1, como também não apresentou o Anexo III-Declaração de Concordância com o Edital. E, por fim, não apresentou prova de regularidade junto ao FGTS, conforme item 5.3.4, fato este gravíssimo e insanável.

Com relação ao recurso da empresa **MENDES PEDROSA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**, tenho que não merece prosperar, pois a ausência da Carta de Credenciamento é sanável pela presença do Representante legal, comprovado pelos documentos apresentados.

Com relação ao recurso da empresa **VASCONCELOS COPARI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, tenho que o recurso merece prosperar, considerando que o Laudo Técnico apresentado pela Engenheira Civil Ana Paula Rizzi Oliveira, acostado aos autos, relata que as empresas **VENEZA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO LTDA** e **MENDES PEDROSA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA** não apresentaram atestado referente à Fundação em Estacas e Utilização de Equipamento de Bate-estaca, item principal da planilha. Com relação à empresa **PLATINUM CONSTRUTORA INCORPORADORA E COMÉRCIO LTDA**, o recurso também deve prosperar, pois a mesma não apresentou Certificado de Registro e quitação da empresa junto ao CREA ou CAU, conforme item 5.3.9 do edital, bem como apresentou atestado de capacidade técnica em nome de profissional não integrante de quadro técnico da empresa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

Estado de Minas Gerais / CNPJ: 18.114.272/0001-88

Com relação ao recurso da empresa **VENEZA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME**, tenho que o recurso não merece prosperar com relação à empresa **VASCONCELOS COPARI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, pelos motivos já expostos anteriormente e, merece prosperar com relação às outras empresas alegadas no recurso, por motivos já explanados nos itens anteriores.

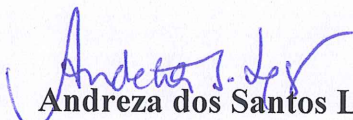
Conclui-se, por fim, pela inabilitação das empresas **NILSON ROMUALDO FREIRE**; **MENDES PEDROSA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**; **VENEZA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO LTDA-ME** e **PLATINUM CONSTRUTORA INCORPORADORA E COMÉRCIO LTDA**, por todos os motivos minuciosamente expostos no decorrer deste parecer.

4. Enfim, a Comissão, se entender conforme parecer, faça-os subir à autoridade superior que deslanchou o presente certame, para a devida apreciação das razões recursais e contrarrazões arguidas, e sua competente decisão, nos termos do art. 109 e §4º da Lei Federal 8.666/1993 – de regência da matéria.

Após, em sendo os recursos apreciados pela autoridade superior, qualquer que seja a sua decisão a respeito, com a devida notificação dos interessados, esgota-se a fase de recursos, prosseguindo-se o procedimento para abertura das propostas.

Eis, pois, o nosso entender, à apreciação da Comissão e do ordenador.

Prefeitura Municipal de DIVINO, 06 de junho de 2023


Andreza dos Santos Logão

OAB/MG 169.840